



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 7**

Sessão Ordinária de Fevereiro

2.ª Reunião de 08-03-2002

Aos oito dias do mês de Março de dois mil e dois, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pela Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, António Fernando Ribeiro Martins, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Henrique Manuel Morais Diz, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, António dos Santos Costa, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais: Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria da Conceição Seixas Almeida e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, e o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio. O Vereador Joaquim Manuel Silva Marques entrou na sala pelas 19:15 horas.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 79.º da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 da substituição nesta reunião do Vogal Pedro Machado Pires da Rosa pelo Vogal António Fernando Ribeiro Martins, em virtude do cidadão imediatamente a seguir na ordem das respectiva lista partidária não poder estar presente. Ainda, nos termos da legislação em vigor, o Presidente de Junta Manuel Júlio Braga Alves, nesta reunião, fez-se substituir por Fernando Manuel Teixeira Alves.

Foram efectuados o reconhecimento de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

De seguida o Presidente da Mesa, depois de consultar as bancadas, abriu um período destinado à intervenção dos membros da Assembleia que quisessem usar da palavra, no sentido de marcar a efeméride do “Dia Internacional da Mulher” celebrado neste dia.

Usaram da palavra o seguintes Vogais:

Membros da Assembleia:

Vogal António Salavessa (PCP)

(entrou na sala o Vogal Vítor Manuel Santos Marques).

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

*“Resistir às estruturas sociais e políticas existentes nas diversas sociedades ao longo da história foi sempre apenas o começo da mudança. Muitas das estruturas sociais políticas e religiosas a que me refiro mantêm-se ainda intactas em muitos pontos do planeta e são profundamente injustas, sendo causa de grandes desigualdades, perda total ou parcial de direitos humanos e sobretudo causa de profundíssimo sofrimento.*

*Essas estruturas baseiam-se na perda das liberdades fundamentais dos seres humanos e permitem – e permitiram ao longo dos milénios – que certos grupos exercessem a opressão e controlassem em seu benefício, aquilo a que se convencionou chamar ‘minorias’ embora de facto, muitas vezes, se trate de maiorias.*

*Mesmo quando aparentemente não há grande discriminação, surge a tendência – que eu considero ainda como um hábito enraizado ao longo de muitas gerações – para não dar valor, não considerar importantes ou não ouvir mesmo, as intervenções feitas por mulheres. Este facto começou a ser estudado no século passado, e é infelizmente ainda hoje uma realidade, mesmo nos países como o nosso, onde pelo menos na Constituição e em teoria existe igualdade entre homens e mulheres.*

*É no comportamento individual, na prática do dia a dia, na vida pessoal, familiar e profissional que deve haver mudanças de mentalidade.*

*Estudiosos desta matéria usam hoje uma terminologia diferente e preferem falar em “relações de poder assimétricas”.*

*Além do sexo, classe social e raça, o conhecimento, a preparação científica, técnica ou profissional, em suma, a aquilo a que chamamos educação é, do meu ponto de vista, e do de muitos outros a chave para a solução deste desequilíbrio na humanidade.*

*Conhecimento é poder e parte da subjugação que as mulheres têm sofrido ao longo dos tempos é devida à ignorância sistemática a que têm sido condenadas, nos mais diferentes países, culturas e épocas.*

*Não vou falar de casos extremos: da violência a que têm estado e estão sujeitas, da falta de liberdade a todos os níveis. Gostaria no entanto de referir a ‘displicência’ com que muitas vezes são tratadas.*

*Elaine Showalter, professora universitária americana que se tem debruçado sobre este assunto do ponto de vista literário, concluiu que houve ao longo dos séculos aquilo a que podemos chamar uma ‘cultura feminina do silêncio’, ignorada ou silenciada pela violência ou pela marginalização ao longo dos séculos.*

*A insistência na necessidade geral de uma mudança psicológica que leve a uma mudança política, é defendida por intelectuais do último quartel do século XX.*

*Simone Weil, na sua obra The Need for Roots declara: ‘o respeito é devido ao ser humano como tal e não é uma questão de grau’. Neste conceito estão contidas as ideias que sempre*

*tenho defendido ao longo da vida e que vão para além da defesa dos direitos das mulheres, abrangendo todas as minorias: são as pessoas, todas as pessoas, independentemente do sexo, raça, classe social ou religião que devem ser objecto da nossa preocupação e do nosso respeito.*

*Todos somos importantes, todos devemos ser ouvidos com o mesmo interesse e o mesmo respeito, todos devemos ser considerados iguais.*

*Lamento no entanto ter de concordar com George Orwell quando diz que ‘há uns mais iguais do que outros’. Tenho dito”.*

(entraram na sala os Vogais Armando Manuel Dinis Vieira e Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva).

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

(entrou na sala o Vogal Manuel Vieira dos Santos).

Presidente da Mesa

Terminado este período de intervenções, o Presidente da Mesa colocou à aprovação da Assembleia uma proposta de alteração à Ordem do Dia, no sentido de se discutir em primeiro lugar o ponto n.º 6 – Câmara Municipal – Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2002 e o ponto n.º 7 – Serviços Municipalizados – Plano Plurianual de Investimentos para 2002. Submetida à votação foi aprovado por unanimidade.

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

PONTO N.º 6 – CÂMARA MUNICIPAL – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO 2002.

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em Reunião Ordinária de 14/02/2002, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

No uso da palavra, o Presidente da Câmara, uma vez que o documento foi distribuído a todos os membros da Assembleia, disponibilizou-se para responder às perguntas que os Srs. deputados tivessem por convenientes.

Usaram da palavra os seguintes Vogais:

#### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

Vogal António Salavessa (PCP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

*“Custa-me aceitar este tipo de solução. Nós não estamos aqui para formular questões e para o Senhor Presidente depois responder! O Senhor Presidente tem que apresentar a proposta da Câmara — aliás é assim que está consignado. Cada vez que há uma proposta da Câmara, a Câmara apresenta e fundamenta. Depois nós cá estamos para fazer perguntas a que o Senhor Presidente responderá ou não; ou para tecer comentários que o Senhor Presidente terá em consideração ou não terá em consideração. Ora esta inversão da situação, eu não*

*estou de acordo! Não estou de acordo em geral, e muito menos num Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal. Acho que não deve ser assim, muito sinceramente! O Senhor Presidente é livre certamente de falar o tempo que quiser, mas quero deixar para a acta, um protesto sobre isto”.*

Presidente da Mesa

Vogal Santos Costa CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção. ▲

*“Sobre o Plano de Actividades e Orçamento, depois de uma análise mais ou menos profunda tirei algumas conclusões.*

*Claro que li a nota introdutória do Senhor Presidente, e é por aí que vou começar a minha intervenção.*

*Diz o Senhor Presidente na sua introdução ao Plano de Actividades e passo a citar: «... que procura traduzir como é natural a vontade de concretizar as linhas estratégicas e os projectos que consubstanciaram o programa político sufragado em Dezembro de 2001». Portanto, parabéns! Compromissos assumidos há que cumpri-los.*

*Sendo assim, estaremos na presença de um Plano de Actividades do Partido Socialista, que não é e não irá ser o nosso Plano de Actividades. São os vossos compromissos e serão obviamente as vossas prioridades — e estas não correspondem totalmente aos nossos compromissos e às nossas prioridades.*

*Nele refere a sua preocupação na promoção de um desenvolvimento equilibrado do território de todo o Concelho, reforçando a Educação e a diluição das assimetrias sociais. Não é essa a leitura que fazemos deste instrumento de planeamento.*

*Assume a realidade da escassez de recursos disponíveis, implicando escolhas e prioridades. Todavia propõe, e de uma forma irreversível, entre outros, o projecto de “maior dimensão financeira jamais levado a cabo pelo Município de Aveiro” – e isto é bem verdade! Mais diz: “... que será continuado o esforço pela melhoria do parque escolar; a necessidade de um novo alento na construção de habitação social; da disponibilidade de saneamento básico para toda a população”, assume, “...que os projectos estruturantes serão concluídos ou começados” nomeadamente, “a recuperação da Capitania, a remodelação do Teatro Aveirense, a recuperação da Casa Major Pessoa, a conclusão do novo Parque de Feiras e Exposições, a construção dos muros de canais urbanos, ...”, etc., etc., só para citar alguns exemplos e faço questão de os citar uma vez que o Senhor Presidente se dispensou também a fazer uma referência à nota introdutória.*

*Senhor Presidente. Minhas Senhoras e Meus Senhores.*

*É nossa convicção, Senhor Presidente, que estamos na presença de um Plano de Actividades e de um Orçamento megalómano e que caracterizamos de “à Grande e à Francesa” — mais virtual que real, é este o nosso sentimento.*

*Foi um Plano de Actividades, que foi elaborado não na base de um Orçamento real e possível, mas sim na base de compromissos eleitorais, não tendo bem em conta as verdadeiras disponibilidades financeiras indispensáveis para tal.*

*Estes dois instrumentos de Plano de Actividades e Orçamento, nasceram ao que me parece, ao contrário. À semelhança do que tem feito o Governo Socialista, isto é, elabora-se a receita em função da despesa, quando no tempo que corre deveria ser ao contrário, isto é, fazer-se a despesa em função da receita – é assim que está habituado o bom cidadão português na gestão do seu recursos particulares.*

*Este Plano de Actividades acabou por produzir um orçamento sobrevalorizado (no nosso entender), inflacionado e irreal, com a agravante de se ter verificado, com alguma tristeza, o seguinte:*

As “fatias” pertencentes aos sectores da Educação, Acção Social, Habitação e Urbanização, Comunicações e Transportes, Defesa do Meio Ambiente, Administração Municipal, serão as mais pequenas desde 1999 — não obstante tratar-se do maior bolo de todo o sempre.

Na Cultura será menor que a de 2001, embora maior que a de 2000 e 1999.

Para o Desporto e Tempos Livres vai efectivamente a fatia de leão, absorvendo 34% de todo o bolo.

Este Plano de Actividades (no nosso entender) não aponta para uma correcção das assimetrias entre as freguesias urbanas e periféricas. Este Plano de Actividades não contempla um aumento significativo para as Juntas de Freguesia e não mostra indícios sequer de uma tentativa de maior autonomia financeira das freguesias, de modo a prepará-las para o assumir de novas responsabilidades e competências que mais tarde ou mais cedo terão efectivamente que chegar.

Referindo-me mais concretamente ao Orçamento.

Se os objectivos previstos no Plano de Actividades fossem atingidos na sua plenitude, estaríamos sem dúvida na presença de uma grande vitória do Senhor Presidente – Dr. Alberto Souto, e daí eu felicita-lo desde já. Mas analisando o Orçamento com alguma profundidade, poderemos concluir que se trataria de uma vitória muito semelhante à vitória de “Pirro”, quando este venceu os Romanos numa determinada batalha e na qual perdeu os seus capitães, oficiais e guerreiros mais corajosos, e que por tal facto declarou no final: “com mais vitórias como esta estarei perdido...”.

Bom, o Senhor Presidente nesta batalha do Plano de Actividades e respectivo Orçamento não irá perder capitães, oficiais nem generais, mas perderá de vista de certeza absoluta os pressupostos e indispensáveis capitais, necessários para cumprir com tal Plano de Actividades. Nessa altura, se mais ninguém disser, diremos nós — O Senhor estará perdido!

No capítulo das Receitas Correntes, não se teve em conta a difícil situação económica e financeira em que se encontra o País e certamente o concelho de Aveiro.

Nos impostos directos estão previstos por V/Ex.a, aumentos que muito sinceramente pensamos não serem possíveis:

1. Na Contribuição Predial, teríamos um aumento de 17% em relação às receitas arrecadadas no ano 2000;
2. Na Derrama teríamos um aumento de 97%;
3. Nos impostos indirectos teríamos um aumento de 780%;
4. Nas Taxas Multas e Penalidades um aumento de 350%;
5. Na venda de serviços mais 91%.

No capítulo das Despesas Correntes, é notória alguma falta de prudência — permita-me dizer isto, Senhor Presidente da Câmara.

Num Plano de Actividades cuja previsão de investimento é o maior de sempre, seria de esperar que houvesse um esforço de contenção nas Despesas Correntes para que entre as Despesas Correntes e as Receitas Correntes, houvesse no final um saldo positivo e muito significativo de modo a poder-se transferir para as Despesas de Capital (investimentos).

Da nossa análise comparativa com as Contas de Gerência do ano 2000, resultaram as seguintes conclusões:

1. Nas Operações Financeiras teríamos uma despesa acrescida de 56%;
2. Nas Classes Inactivas um acréscimo de 144%;
3. Nos Órgãos da Autarquia mais 53%;
4. Nos Serviços Administrativos mais 53%;
5. Nos Serviços de Higiene e Limpeza mais 95%;
6. Nos Cemitérios mais 37%;
7. Nos Mercados e Feiras mais 77%;
8. Nas Obras de Urbanização e Serviços Municipalizados mais 61%;

9. Na Educação, Cultura e Desporto, mais 62%.

*O sentimento que hoje possuímos, é que iremos entrar no período das “vacas magras” com as consequências graves a reflectirem-se no Desenvolvimento Económico do País. Por isso pensamos, salvo melhor opinião, que este Orçamento não é outra coisa senão um desorçamento total — Ver-se-á em 2003 quem tem razão.*

*Pensamos que esta situação obrigar-nos-ia a tratar estes instrumentos com uma maior prudência.*

*É tudo o que se me oferece dizer, para já, sobre este Plano de Actividades e Orçamento. Muito Obrigado”.*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Joaquim Abreu (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

*“Passaram-se 4 anos sobre a égide do Ex.mo Dr. Alberto Souto como Presidente da Câmara. Vamos entrar no 5.º ano.*

*Julgo ser a altura própria para reflectir, fazendo um retrospectiva do que foi todo esse período, de todo o trabalho por si desenvolvido e daquilo que será o corrente ano tendo em conta os vários indicativos nomeadamente o Plano de Actividades hoje em discussão.*

*A análise feita leva-nos a concluir que temos motivos muito fortes para nos sentirmos muito preocupados – eu falo como Presidente da Junta.*

*Muitos dos objectivos apresentados fizeram parte durante vários Planos de Actividade, transitando de ano para ano; alguns desses objectivos nem sequer constam do Plano de Actividades do corrente ano, tendo desaparecido como que por encanto.*

*Se o problema reside e é motivado por jogos de cores ... diga-nos Senhor Presidente qual é a sua cor preferida! ...*

*Falo assim, porque nunca me considereei político na verdadeira acepção da palavra. Sempre fui um homem simples, que apenas gosta da sua terra ... que sempre dispensou um tratamento igual a todos os fregueses quer eles sejam do “Sporting” ou do “Benfica”.*

*Nunca tive em mira a obtenção de emprego, nem quaisquer outras benesses pessoais. Trabalho e dou a “cara”, como é costume dizer-se, “por amor à terra que me viu crescer”.*

*Mas nem sempre tenho sido compreendido. Gentilha sem escrúpulos, fazem-se notar das maneiras mais torpes tentando obter vantagens pessoais, exibindo não raras vezes, vaidade pessoal/partidária ou farejando uma qualquer benesse e para isso não se importam de denegrir a imagem de quem já deu sobejas provas de boa fé e dedicação à causa pública, sem nada pedir em troca.*

*Levantam suspeitas – a nível local da minha Freguesia, põem a circular boatos, lançam à socapa da noite, panfletos anónimos, etc.*

*Sempre me relacionei com a Câmara Municipal de Aveiro fazendo um esforço no sentido de não hostilizar ninguém ... não agredi politicamente ninguém. Sempre procurei manter um bom relacionamento entre a Junta e a Câmara.*

*No decorrer destes 4 anos tive mesmo alturas que cheguei a acreditar em dias melhores.*

*Todo este já longo intróito caracterizam, estou certo, o meu estado de espirito neste momento. Numa palavra – desilusão!*

*Se não vejamos:*

*Muitos dos assuntos apresentados à Câmara, permanecem sem solução ao fim de 4 anos. Passam de ano para ano ou até ficam pura e simplesmente eliminados no Plano de Actividades, sem se saber bem porquê! ...*

*Em 26 de Agosto de 1999, a Junta de Freguesia de Eixo, enviou à Câmara um mapa/proposta com grandes opções do Plano e Orçamento para o ano 2000 (e anos seguintes), contendo vários objectivos, sucessivamente adiados.*

*Eu passo a referir algumas das partes desse documento:*

*Conclusão da 4.ª Fase do Centro Cultural de Eixo – há mais de 12 anos iniciado e não acabado; construção de uma piscina – que até certo ponto a gente admite que não tenha tido execução; pavimentações – Rua do Barreiro, Rua do Tubo – há mais de 8 anos; Travessa das Ribas – há mais de 8 anos; Rua da Caixa de Água até Oliveirinha – há mais de 8 anos; Rua do Barrimau; Rua da Vila Verde ao Picoto; Rua da Viela das Gatas (esta rua já deu motivo a um baixo assinado da população, que no inverno para entrar em casa tem que andar de galochas); abertura e pavimentação da Travessa da Covilhã; pavimentação da Rua do Canto até à Rua Dr. Reis Lima – desde 1999; prolongamento da Rua da Escola; pavimentações em Azurva – algumas; metade da Rua Celso Santos – ainda não está acabada; aquisição de terreno para a construção do cemitério de Azurva; jardim de infância e pré-primária em Azurva e Eixo, aquisição de equipamento para a nova sede da Junta de Freguesia de Eixo – que ainda não está concluído; construção de um muro de suporte em Azurva; reordenamento da Feira de Eixo – que só agora é que teve início, mas parou.*

*Nunca a Junta de Freguesia de Eixo foi chamada para discutir um documento de tamanha importância como este.*

*No ano de 2001 o Plano de Actividades da Câmara incluía várias construções: construção das salas pré-primárias em Eixo e Azurva; reabilitação do Centro Cultural; reabilitação do Forno Cerâmico; continuação das escavações arqueológicas do segundo forno que apareceu, e muitos outros aspectos que eu me dispensei de focar por uma questão de tempo.*

*Algumas obras chegaram mesmo a ter o seu desenvolvimento, refiro-me por exemplo, à Rua da Caixa de Água, de Eixo a Oliveirinha, num espaço de 1500 metros, que em 23/11/2000 teve mesmo parecer e informação do Departamento de Projectos e Gestão de Obras Municipais, ficando a aguardar a deliberação. Até ao momento nada!*

*No corrente ano a Junta de Freguesia, conhecedora do sistema, foi das primeiras a enviar à Câmara uma relação de carências tendo em vista facilitar a elaboração atempada do Plano de Actividades da Câmara para o corrente ano. Qual não foi o nosso espanto, quando passado 3 semanas a Câmara nos solicita o envio urgente desse documento.*

*Na oportunidade informou-se que o documento em causa já havia sido enviado, solicitando-se a convocação da Junta para negociar e discutir e definir prioridades dos assuntos apresentados.*

*Outra surpresa!... Passados alguns dias, a meio da manhã, recebemos um telefonema pedindo a presença da Junta para a desejada reunião, nesse mesmo dia à tarde, horas antes da sua realização.*

*Respondemos ser impossível, pois, nesse mesmo dia e hora, decorria um funeral de um cidadão da freguesia que me obrigava a estar presente.*

*Ficou combinado ter lugar, nos dias seguintes uma reunião de serviço com o Senhor Presidente da Câmara, mas até agora nada ocorreu!*

*E o Plano de Actividades da Câmara lá foi mais uma vez aprovado em reunião de Câmara, sem que a Junta tivesse sido ouvida.*

*Por isso, ao passar em revista aquele documento, que reputamos de maior importância para o progresso da Vila de Eixo, verificamos mais uma vez ser omissos no essencial e no que seria de toda a justiça ver realizado.*

*Vejamos então porquê:*

*Capela Mortuária do Cemitério de Eixo. Como o Senhor Presidente da Câmara já teve oportunidade por duas vezes de verificar no local, trata-se de um equipamento que ainda não está acabado, e tem que ser investido bastante dinheiro para o reformular, porque efectivamente aquilo mais parece uma casa para guardar palha do que uma casa mortuária.*

*Cemitério de Azurva. 4.ª e última fase do Centro Cultural. Pavimentações betuminosas na Rua do Barreiro; Rua da Caixa da Água até à Freguesia de Oliveirinha. De um forma geral*

*todos os outros pavimentos prometidos e não incluídos. Variante de Eixo. Ajardinamentos e plantação de árvores – também ficaram no esquecido no ano passado. Reclassificação da Viela das Gatas, como já disse e referi agora há pouco, os moradores dessa artéria têm grandes dificuldades no Inverno; para entrarem em casa só de botas de borracha.*

*Tudo isto me leva a ficar um pouco triste com a situação. Algumas obras chegaram mesmo a ter algum desenvolvimento: refiro-me a Rua da Caixa de Água, Oliveirinha. Há coisas que não se entendem e esta é uma delas. Não se entende que o Plano de Actividades, sendo um documento importante tenha sido feito sem a Junta (mais uma vez), ser ouvida. Mais a mais, excluíram projectos que estavam incluídos há vários anos e que desta vez nem sequer aparecem no Plano de Actividades. No Plano de Actividades aparecem outras obras para as quais a Junta não foi ouvida.*

*Para terminar, eu para não estar a demorar mais, só quero manifestar o meu desagrado porque a Freguesia de Eixo ... não sei que resposta é que irei dar aos residentes da Freguesia de Eixo, que tendo as estradas todas esburacadas como se sabe, o saneamento básico tem sido implantado, e deixaram as estradas todas esburacadas, não sei que resposta é que eu vou dar ao cidadão de Eixo quando eles me perguntarem? Tenho dito”.*

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

*“Acabámos todos de ouvir o que disse o Senhor Abreu. Já em tempos, penso que ele fez uma alusão a propósito de outro Plano de Actividades creio que de há 2 anos, em que ele fez aqui a expressão da política dos “ZEROS”. Eu recorde-me de o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Eixo – o Senhor Abreu, se ter dirigido ao senhor Presidente ... obra tal, “ZERO”, obra não sei quantos “ZERO”, obra não sei quantos “ZERO”, e eu agora digo que para Eixo a Câmara faz realmente a política do “ZERO”. E enquanto estava aqui, congemitava com o meu parceiro do lado e dizia assim: vamos fazer um teste de como é que se faz política. Eu não sei se os Senhores Presidentes das Juntas (e são muitas), do Partido Socialista, têm razão de queixa!? Porque se nada aqui disserem é porque a não têm! E portanto, o mal é só para algumas freguesias e não para todas. Se os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia do PS, não vierem aqui fazer queixume igualmente fundado ao do Senhor Abreu, eu direi que há favorecimento. Terei de presumir isso! Faço já este anúncio à partida para que os Senhores Presidentes de Junta não se queixem depois que não foi por aviso que não se queixaram.*

*Mais uma vez se discute o Plano de Actividades e Orçamento de um ano, este ano foi feito o Plano com uma periodicidade já mais lata, e nós no que se refere ao ano de 2002 o que é que vemos? Vemos o que já disse o meu parceiro de bancada, o Senhor Santos Costa, realmente a situação está invertida. Este Plano para mim não é um Plano, parece-me que é o role das necessidades e o role das ameaças.*

*Vemos crescer a descrição de obras; vemos crescer a ameaça de penalidades. E sobra-nos a angústia de ver que não haverá meios para fazer tamanha enunciação de obras. Porque esse dado é certo: é fácil à Câmara imaginar coisas e (e já é um trabalho profícuo devo dizer) anunciar as obras, das acções que o município precisará, mas ao mesmo tempo não tem um nota de seriedade e eu digo porquê. Porque ao fazer aqui o inventário daquilo que é preciso sem se saber que as acções vão ter um grau de execução relativamente aceitável e isso há-de situar-se naquilo em que a gestão do CDS/PP nos habituou, situando-se sempre nos 60, 70, 80% daquilo que se planeava. Isso é de alguma maneira seriedade para com esta Assembleia e para com os representantes dos municípios, que no caso somos nós.*

*O Senhor Presidente põe aqui uma quantidade enorme de obras, de um valor exorbitantíssimo, que sabe que à partida não vai realizar. E portanto, esta Assembleia se aprovar este plano de actividades, está a dar-lhe um cheque em branco. E está como que a*



*demitir-se daquilo que é a sua função. E eu sublinho que a função desta Assembleia é estabelecer as prioridades ou pelo menos concordar com uma proposta de prioridades com que concorde.*

*Ora em face de um quantitativo enorme como é este, de obras, que à partida já se sabe que é de realização virtual ou mesmo impossível, o Senhor Presidente faz destas obras que enuncia, todas as que quiser e pretere de igual modo todas as que quiser, E portanto, o papel desta Assembleia é praticamente nulo. Votar ou não votar é a mesma coisa. Só se para aqui viesse trazer obras com que de uma maneira geral não concordássemos. É evidente que cidadão aveirense que se preze vai concordar com o enunciado de obras que aqui existe. Vai concordar seguramente! Agora pode é não concordar com as prioridades. E esta Assembleia ao fazer a votação, com aquilo que se pode contar, e isso é que é realismo porque aí temos o passado, sabemos com o que é que o município pode contar em matéria de receitas e, portanto, está como disse, a endossar para o Executivo: faça as que quiser e não segundo as prioridades, que nós aprovamos. Parece-me portanto, que em face desta situação que é real, o Senhor Presidente tinha um dever acrescido de nos vir explicar qual o grau de prioridade porque o Plano não o estabelece. E portanto, quando diz: “eu não explico... os Senhores leiam...”. Mas quanto a prioridades não diz nada! Porque eu até aceitava e aceito, que um Plano até possa ter um quantificação de obras exuberante, porque todos sabemos que muitas vezes é preciso candidatar tipos de acções às instâncias de subsidiação e que se elas não estiverem no Plano elencadas, isso não é possível. Portanto, por aí tem alguma justificação. Mas quando o Senhor Presidente agora, depois de convidado até a explicar-nos “tin-tin por tin-tin” o que é que se passa com o Plano, eu penso que tinha o acrescido dever de nos explicar. Dizer que, se eu tiver os meios que tive no ano passado, vou fazer esta, aquela e aquel’outra obra; se tiver meios dou a prioridade seguinte...; se vier financiamento dou esta..., assim é que seria razoável. De outra forma não faz sentido sequer votar!*

*Então a Câmara que faça lá o Orçamento, que deixe de respeitar aquilo que é lei, que é trazer a esta Assembleia a sua aprovação, porque o efeito é o mesmo; não tem efeito nenhum estar a votar este tipo de Plano e Orçamento — que permite uma escolha livre, e permite outra coisa até: nós sabemos (é uma ilação que eu tiro disto e penso que é correcta), nós sabemos que a Câmara tem um grau de endividamento grande – pode não ser em termos percentuais em relação a sua capacidade de endividamento, mas em termos de valor tem um grau de endividamento grande, que traz aí as pessoas atrás da Câmara para lhes pagarem, fazendo-as esperar injustamente, e com um Plano destes e com um Orçamento destes, fica a Câmara autorizada a fazer derrapagens, porque pode sempre dizer que a Assembleia aprovou esse tipo de despesa. Portanto, é outra preocupação que nos assalta.*

*São estas as considerações que me ocorrem para crescer aquilo que disse já o meu parceiro de bancada, que foi brilhante e claro na exposição que fez. Muito obrigado”.*

Vogal Virgínia da Silva veiga (PS)

Vogal António Salavessa (PCP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção. **B**

*“Houve já um colega membro desta Assembleia Municipal que utilizou a expressão de que o Senhor Presidente não é entusiasta deste Plano e que foi por causa disto que não o apresentou. Eu faço um pouco essa leitura. De facto, tal como disse o Deputado Manuel Coimbra, nós estamos aqui com uma sensação “d’jà vu” muito grande. É de facto pouco motivador fazer a discussão de um Plano, desta maneira, que nós sabemos já o que é que vai dar, já temos a experiência já sabemos o que é que isto vai dar: portanto, 26 milhões... vai por aí a baixo... 10 milhões”! E aliás, o próprio Presidente da Câmara já assumiu em sessão anterior da Assembleia, no mesmo cenário, que é um pouco isso.*

*A Câmara depois dirá se eu estou enganado; mas não deixa de ser particularmente significativo que tendo os Vereadores o dever de participar ou de assistir (e participar se for caso disso), nas sessões da Assembleia Municipal. Nós temos hoje perante nós um Câmara que não tem um número significativo dos Vereadores a tempo inteiro que são responsáveis por áreas significativas da acção municipal. E seria bom ouvirem de viva voz da Assembleia as críticas e as recomendações, as observações, que são de fazer. Acho que uma falta ou uma não vinda de vez em quando não há problema nenhum, mas acho que há momentos que deviam ser tidos como obrigatórios por parte da Câmara, a assistirem.*

*Nós estamos de facto perante um listagem de intenções em que se executa depois o que tem que ser e as Receitas Correntes que grande parte delas têm mesmo que ser, e depois o que calhar ou o que der mais jeito. É um pouco isto que nós temos pela frente, já sabemos que não será cumprido: 50% talvez seja uma perspectiva optimista, e é impossível de executar acima de tudo por razões de ordem financeira. Portanto, não há receitas que cubram ...*

*Mas de 26 milhões de contos previstos, com 9 milhões de contos ou 44 milhões de euros de venda de património municipal, o que significava vender praticamente tudo o que tem valor ao mesmo tempo, em termos de terrenos e desse tipo de património. A previsão de 6,4 milhões de contos ou seja mais ou menos 30 milhões de euros, em fundos comunitários, como se eles se realizem todos num ano, quando sabemos que isso não vai assim. Portanto, é de facto uma opção da Câmara.*

*Da minha parte e da reflexão que fiz, e da reflexão que fizemos na CDU acerca deste problema, aquilo que parece novo em termo das intervenções que eu posso fazer, porque de facto esta é uma reprise de intervenções anteriores – porque o Plano é uma reprise do modelo de Planos anteriores.*

*Contrariamente a uma ideia de que um Plano assim não faz bem nem mal, portanto está listagem feita, está lá tudo; cada vez estamos mais convencidos que faz mal! E faz mal porquê? Porque autoriza todas as despesas: o Dr. Jorge Nascimento andou lá perto há bocadinho; autoriza todas as despesas. Portanto a Câmara sem ponderar se tem as receitas suficientes ou não, vai fazendo as despesas que estão de facto autorizadas por esta Assembleia, e vai gastando, gastando, gastando, e a dívida vai aumentando. Este é o problema! Portanto, acho que não é inócuo, e tem consequências o facto de nós aprovarmos um Plano construído desta maneira.*

*Houve aqui razões que foram focadas por outras bancadas à laia de justificação que não são justificações. Quer dizer, não é preciso estar tudo elencado – em termos de investimentos, no Plano!? A Câmara pode perfeitamente negociar e tem negociado, investimentos que são comparticipados por Fundos Comunitários ou pelo Orçamento de Estado, coisas que não estão ainda no Orçamento. Portanto, a Câmara, só se não quiser ver a Assembleia funcionar. A Câmara tem possibilidade de em qualquer momento, de promover um alteração ao Plano de Actividades ou uma alteração ao Orçamento, que possa contemplar algo de novo, um investimento novo, que conseguia ver aprovado. Não tem que estar tudo na lista para ser resolvido. Portanto, esta questão nós temos que começar a ponderar, se de facto estamos de acordo em que se vá por este caminho, ou se este caminho não deve ser significativamente alterado.*

*Fora estas questões que já coloquei, só duas ou três questões de pormenor, porque o substancial é o que foi dito até agora.*

*Em primeiro lugar, não estou de acordo, não estamos de acordo, ao contrário do que se diz no preâmbulo, que este seja o Orçamento que privilegia as questões da igualdade social, habitação social. Não senhor! Os números dizem, estão lá, dizem que há uma diminuição em termos reais e em termos percentuais, do valor para Acção Social e do valor para a Habitação Social. Portanto, é isso que está no Orçamento. Podem por na lista não sei quantas coisas, depois vamos ver no pormenor é 10 mil euros, 10 mil euros, 10 mil euros, 10*

*mil euros, e o resto é para o ano ou daqui a dois anos e por aí fora. O investimento concreto previsto no Orçamento para o ano 2002, na acção social e na habitação social é menor do que do ano passado. Há uma diminuição em valores reais, não estou a falar em percentagens. A Câmara não tem nada novo a propor; já fez tantas listagens que não tem nada de novo. Tudo o que nós vemos nos projectos estruturantes: Teatro Aveirense; recuperação da Casa Major Pessoa; Parque das Feiras e Exposições; Mercado Manuel Firmino; etc., etc., tudo questões que são repescadas já do mandato anterior, algumas delas repescadas de 99. Entretanto, há uma que desaparece! O Senhor Presidente e a Câmara deixaram de considerar o Pavilhão MultiUsos como um projecto estruturante? Não há rubrica, não há verba e já que há tanta intenção e tanta listagem de intenção, intriga-me o facto de ter desaparecido um projecto, que é um projecto do Plano Estratégico e que deixou de constar.*

*Tem sido entendimento desta Câmara que a listagem de património a alienar terrenos e outros edifícios que consta deste Plano, significa, ao ser votado o Plano de Actividades e Orçamento, significa uma autorização da Assembleia para a alienação.*

*Acho abusiva e irregular essa interpretação. A Assembleia tem que se pronunciar, caso a caso, “sobre qualquer alienação que seja superior a 1000 vezes o índice 100 da Função Pública, fixando as respectivas condições gerais de alienação”. É assim que está na lei, é esse o poder da Assembleia Municipal, e aos estarmos a olhar para esta listagem não estamos a alienar nada, não estamos a fixar condições gerais de nada; estamos a saber uma intenção da Câmara. Mas se qualquer alienação que seja superior a esses 1000 vezes o índice 100 da Função Pública, tem que vir à Assembleia Municipal. E o facto, é que no mandato anterior, já há situações de alienações superiores a esse valor, que não vieram à Assembleia Municipal. É só isso que eu estou a dizer! Fique claro desde já, em acta, a interpretação que faço deste princípio”.*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

*"Eu começaria a minha intervenção por uma constatação óbvia. Pelo menos para os aveirenses minimamente interessados nestas coisas da política e nestas coisas da política parlamentar aqui da nossa terra. Efectivamente e após a intervenção do orador que me antecedeu, cumpre-me em nome de Aveiro pesarosamente manifestar, a óbvia constatação de que efectivamente se perdeu, se perde e continuará a perder, teimosa e continuamente um talento parlamentar ao serviço da nação (não há dúvida). E mais: deixe-me dizer-lhe, que ainda bem Dr. Filipe Brandão, que aqui continuará connosco, a defender dessa forma abnegada, realística e frontal, como é seu timbre, os interesses desta terra. Em tudo, de certeza, que o Partido Socialista não está errado. Esta opção para nós Aveirenses, foi claramente uma opção de excelência! E mais, para nós aveirenses, incluindo o Senhor Presidente da Câmara, que claramente não dispensa intervenções de apoio como esta que acabámos de ouvir — profunda, brilhante, consequente, objectiva; apenas e só nos números! Um em cada dois dos aveirenses votantes, votaram no Partido Socialista. Sim senhor! Também nós ao fim deste tempo todo já tínhamos chegado a essa conclusão. Em primeiro lugar e para que esses, um em cada dois aveirenses votantes, possam começar se calhar já hoje ou a partir de agora a formar a sua intenção de voto para daqui a 4 anos (se não for antes, digo eu) é preciso, é fundamental que se digam algumas coisas.*

*Foi aqui dito por diversos oradores que seria bom que esta Câmara Municipal conseguisse ou tivesse uma execução orçamental de 50% em relação ao Orçamento que aqui hoje traz. E eu digo: não seria bom... é obrigatório, que esta Câmara Municipal tenha pelo menos 50%*

*de realização orçamental. Porque se assim não for, é que nem o estádio acaba! Porque num orçamento de 26 milhões de contos (mais coisa menos coisa) 12,4 milhões são o Estádio. Portanto estamos quase nos 50%. Ou seja, é obrigatório que se consiga pelo menos 50% para se garantir à tão propalada UEFA que o Estádio - sim senhor, pelo menos o Estádio nós acabamos. Agora efectivamente também se compararmos estes números com os números da Conta de Gerência de 2000, porque não temos hipóteses ainda de analisar a Conta de Gerência de 2001, se compararmos, vamos ver que o valor do Estádio, o valor em causa previsto, necessário para a construção do Estádio, é superior às receitas de 2000.*

*E portanto, também aqui e já, o Senhor Presidente da Câmara tem que fazer a tão propalada engenharia financeira que aqui se defendeu na reunião da Assembleia Municipal em que se aprovou o empréstimo à EMA. Por falar nisso e por falar nesse empréstimo eu diria o seguinte: estranhava e estranho, como aliás tive oportunidade de o referir já, que seja possível a Câmara Municipal de Aveiro equacionar (e aqui ainda não foi isto muito discutido, porque foi consensual mas há que dizê-lo), equacionar a retirada de um ponto de uma ordem de trabalhos, para uma Sessão Extraordinária, como sendo o caso do Plano de Actividades e Orçamento, apenas e só (e não é pouco), porque se esse Plano de Actividades e Orçamento não estiver aprovado, esse empréstimo não pode ser contraído; por exemplo.*

*É para mim fundamental que se mantenha nestas coisas e nas coisas que directamente dizem respeito a documentos tão importantes para Aveiro e para o concelho, como este Plano de Actividades e Orçamento, que se mantenha o máximo de tranquilidade, que se mantenha o máximo de serenidade e que se confira e transmita a quem tem obrigação, porque se calhar 0,3 em cada dois eleitores em nós votaram, mas esses 0,3 são para nós uma responsabilidade, e por esses e por tudo o que Aveiro para nós representa, é obrigatório que se nos confira e que se nos dê a tranquilidade absoluta para se poder analisar um documento destes com rigor a que a nós, Assembleia Municipal, nos é exigido que analisemos.*

*Em segundo lugar, parece-me haver um claro contra senso nesta nota introdutória que o Senhor Presidente da Câmara faz a este Plano de Actividades. E diz o Senhor Presidente que procura com este Plano de Actividades um desenvolvimento equilibrado de todo o concelho: diminuição das assimetrias, correcção das assimetrias, etc. Já aqui disse, eu e outros dirão também, que 50% deste orçamento ou quase, é direitinho para a construção do Estádio. E sendo direitinho para a construção do Estádio eu perguntava: como é que se vamos gastar 12 milhões de contos construindo um Estádio, num orçamento de 26, como é que vamos diminuir as assimetrias? O Senhor Presidente dir-me-á: ah! Mas o senhor não reparou que só temos metade dessa verba, nem metade, orçamentada para 2002. E eu responder-lhe-ei: pois isso eu ainda acho mais esquisito. É que num Plano Plurianual de Investimentos como este, em que procurando obedecer às novas normas, às novas directrizes e directivas, a Câmara de Aveiro apresenta um documento tão extenso e tão supostamente bem elaborado, apenas e só no que respeita ao Estádio. Ou seja, é-nos explicado numa reunião anterior que o encaixe financeiro tem um "timing" de dois anos, de 2002 e 2003; e a Câmara num Plano Plurianual de Investimentos não traduz nada daquilo que é o pensável, o expectável para 2003 - como o orçamentado.*

*Depois a Câmara fala e apresenta aqui números que a mim me deixam bastante atónito. Foi aqui ouvida a intervenção de alguém que durante anos serviu uma freguesia como Presidente da Junta eleito - e esperemos que continuará a servir. E foi aqui ouvida uma intervenção como outras que poderão ser ouvidas no sentido que versava, no sentido de explicar a esta Assembleia e à opinião pública - se a Comunicação Social quiser para fora passar; o que tem sido raro aproveitamento para dizer - mas se quiser fazer esse favor, aqui estamos para receber bem esse pequeno favor, democrático digamos, mas esta posição do Senhor Presidente de Junta diz que claramente, a Junta de Freguesia de Eixo ou a Freguesia de Eixo foi espoliada neste Plano de Actividades! E eu digo o contrário: não foi. Os munícipes ou os fregueses de*

*Eixo é que se tem de habituar e mentalizar, de que estamos perante uma nova centralidade de Aveiro. Eixo já não é tão importante como isso! Oliveirinha também já não é tão importante como isso! Santa Joana também já não é tão importante como isso! Eirol, Requeixo, Fátima, não são tão importantes como isso! — Porque nós vamos ter um Estádio. Porque nós vamos ter a Capitania recuperada. Porque nós vamos ter o Aveirense a funcionar. Os senhores adaptem-se!... Senhor Joaquim Abreu, por amor de Deus! Esta é a mensagem que o Senhor tem que passar para os seus fregueses. Éh pá! Os Senhores não reclamem. Aqui já tem tudo o que precisam. O resto está em Aveiro! Aveiro está aqui pertinho... a nova centralidade é para lá não é aqui!! Não há necessidade disto Senhor Joaquim Abreu! Eu louvo a sua intervenção, mas é chover no molhado Senhor Joaquim Abreu. A nova centralidade está definida, sabemos qual vai ser e sabemos que vai custar por exemplo 150 mil contos na casa Major Pessoa; sabemos que vai custar por exemplo um milhão e meio de contos no Aveirense, mais 150 mil contos em equipamento para o Aveirense; sabemos que vai custar pelo menos 320 mil contos para a Capitania, sabemos tudo isso. Este é o custo da nova centralidade em Aveiro! E como um cada dois, Senhor Abreu, dos aveirenses eleitores votaram no Senhor Dr. Alberto Souto, então Senhor Joaquim Abreu, o que é que o senhor reclama? E para que é que reclamamos nós? Porque se está a governar para um em cada dois dos Aveirenses que votaram no Dr. Alberto Souto. Não se está a governar para os outros. Não se está a investir para os outros. Estamos a investir na centralidade daqueles que sufragaram o projecto eleitoral do Dr. Alberto Souto. É esta a verdade inquestionável deste Plano de Actividades. É por isto, é obvio que este não é o nosso Plano de Actividades, que esta nunca será a nossa opção política, esta nunca seria a nossa opção política, esta nunca seria também Senhor Presidente da Câmara, digo-lhe e digo-lhe abertamente, a nossa maneira de gerir os dinheiros públicos. Nunca seria esta a nossa maneira de os fazer. Nunca foi e nunca será. Independentemente da vontade do eleitorado, nós sabemos que connosco objectivos importantes e planos estratégicos fundamentais para Aveiro, para a frente seguiriam como consigo seguirão. Agora sabemos também que os custos do avanço destas obras consigo Dr. Alberto Souto são certamente muito mais agravantes, muito mais elevados, e muito mais gravosos para o município de Aveiro, do que seria connosco.*

*E mais digo para terminar: é fundamental que se não utilizem os instrumentos de planeamento à pressa também. E falo agora por exemplo de um que brevemente aqui virá, que é o Plano de Urbanização, que está já contemplado neste Plano Plurianual de Investimentos - como uma fonte de receita!? Mais razão confere ainda este facto à intervenção do meu colega de bancada Senhor Santos Costa, dizendo que este Plano é construído ao contrário! Nem Salazar diria tão bem Dr. Raúl Martins! E olhe que algumas coisas disse bem. Outras disse mal ou fez, mas algumas disse bem. E o problema aqui é que se encaram sistematicamente os instrumentos do planeamento do território nesta terra, por este Executivo como apenas e só uma fonte de receita. E isto nós repudiamos! Isto nós temos que dizer não! A isto nós temos que dizer basta! E dou-vos um exemplo (na altura própria aqui o discutiremos): neste Plano que aí vem de Urbanização, que está aqui contemplado como uma fonte de receita, está já permitida, digo eu: - qual rasteira que se pretenda passar; a urbanização, a construção, por exemplo no grande e chamado denominado “Corredor Verde” da Cidade de Aveiro, como seja o Mário Duarte. Está já! Se aquilo aprovarmos, estamos a aprovar mais uma fonte de receita para a Câmara, apenas e só, em cima de um corredor verde. Este é um exemplo como outro. Os instrumentos de planeamento tem que ser utilizados para reforçar centralidades, para impedir desertificações, para dar qualidade de vida às pessoas que aqui vivem, aos municípios aveirenses, não podem apenas e só ser encarados como fonte de receita.*

*Diria para terminar, Senhor Presidente, Caros Colegas, que é fundamental que tanto na Câmara como nesta Assembleia, se sinta, se respire e se transpire respeito. E respeito por*

*quem? Por quem embora o Senhor Presidente não tenha querido e não queira, ainda teve uma restiazinha de votos para aqui estar sentado, para estar aqui a desempenhar a sua função de fiscalizar, de dizer se calhar aquilo que o Senhor Presidente não quer ouvir (porque não deu tempo a outros, nomeadamente aos Vereadores da Oposição na Câmara que o fizessem), temos nós aqui nesta Assembleia a obrigação de o fazer. E se o Senhor pretende continuar neste trajecto de “o orgulhosamente sós” - já que alguém aqui falou no Salazar, eu direi desde já Senhor Presidente, que o Senhor não terá o nosso apoio. Aqui estaremos sempre que de nós necessitar para a evolução, para o andamento, para as grandes apostas estratégicas desde que elas sejam discutidas, desde que elas sejam faladas, conversadas, analisadas, dissecadas, por todos aqueles que nesta terra tem a responsabilidade que não é o Dr. Alberto Souto que lhe confere, de fiscalizar e de estar presente na vida publica desta Cidade. Muito obrigado.”*

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para o jantar. Eram 20:35 horas.

## SEGUNDA PARTE

Pelas 22:15 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pela Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, António Fernando Ribeiro Martins, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Henrique Manuel Morais Diz, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Armando Manuel Dinis Vieira, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Vítor Manuel Santos Marques, António dos Santos Costa, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:  
Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Victor Manuel da Silva Martins, Maria da Conceição Seixas Almeida e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Joaquim Manuel Silva Marques, Domingos José Barreto Cerqueira e Luís Miguel Capão Filipe.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu continuidade à discussão do ponto em apreço — Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2002.

Membros da Assembleia:

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

C

Vogal Fernando Martins (PS)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Joaquim Abreu (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

*“Para quem não conheça o Senhor António Martins, devo dizer-lhe que é fértil neste tipo de intervenções. Na própria intervenção da Assembleia de Freguesia, ele tem um comportamento muito parecido com este, só que aqui as pessoas actuam mais em defesa daquilo que o Senhor pretendia influenciar!*

*O Senhor leu um jornal que eu publiquei (e com boa fé o fiz), porque apanhei das actas da Câmara, e entendi que nessa altura o devia fazer e isso só vem em minha defesa, porquanto se das actas constavam obras para Eixo, eu dei a conhecer à Assembleia de Freguesia o que a Câmara se propunha fazer para Eixo. Isso até joga a meu favor! Agora daí até à execução das obras..., veja o Largo da Feira: 23 mil contos que o senhor frisou, as obras ainda não começaram! Andamos há 4 anos ...!*

*Por conseguinte o senhor perdeu a oportunidade de fazer uma intervenção brilhante. O Senhor continua a ser o mesmo “lobbie”..., o senhor navega muito bem, navega, não como se costuma dizer agora na internet, mas nas portas da Câmara. Mas tem de tirar isso da cabeça, porque a justiça social não assenta nesse tipo de comportamento que o Senhor tem feito. Meter-se dentro da Câmara, criar simpatias dentro da Câmara, para ultrapassar e pisar a Junta — eu nunca o admitirei enquanto lá estiver. É só isto mais nada”.*

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

*“Quería só pedir um esclarecimento muito rápido, muito simples, muito directo, ao Senhor que antecedeu o Senhor Armando Vieira (não sei o nome): ao dizer aqui publicamente, que o Senhor Joaquim Abreu não deveria pelo menos eticamente estar aqui sentado nesta Assembleia. Pergunto ao Senhor... Martins!?... se entende: em primeiro lugar, que se o argumento que utilizou é correcto e justo para os “1 em cada 2” que em Eixo votaram no Senhor Abreu? Em segundo lugar, pergunto ao orador que antecedeu..., se considera que aquilo que aqui afirmou, é ou não um desrespeito à maioria dos eleitores que votaram em Eixo e que votou na lista encabeçada pelo Senhor Abreu? Em terceiro lugar, pergunto ao orador em causa, se entende que é desta forma e dessa maneira que defende os interesses da sua Freguesia? Seja a sua, a freguesia de Azurva (qual quimera); seja a sua Freguesia de Eixo”.*

Vogal Fernando Martins (PS)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos atinentes.

Membros da Assembleia:

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

D

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

*“Eu ouvi com atenção o que disse o Senhor Presidente da Câmara e realmente não fiquei satisfeito com as explicações que deu, até porque a meu ver não deu nenhuma para aquilo*

*que de essencial se falou. E eu recorro que uma delas era o Orçamento empolado em face da receitas e, portanto, o cheque em branco com que a Câmara ficava sem ser controlada por esta Assembleia.*

*Isto faz-me lembrar quando eu estou em penúria (e é quase sempre), e tenho assim ... um conto e quinhentos. E depois fico com esta angústia: não sei se hei-de cortar o cabelo, se hei-de ir ao cinema, ou comprar um livro! E eu gostaria de saber e não queria que os aveirenses ficassem também com essa angústia. Porque têm uma receita, é um dado certo que já o conhecemos de 2000 ou de 2001, e depois ficam com a angústia de saber se a Assembleia autorizou o Senhor Presidente a cortar-lhe o cabelo, a permitir-lhes ir ao cinema ou comprar um livro. Queremos saber exactamente aquilo que vão fazer e com este tipo de Plano de Actividades não se consegue! Portanto, o Senhor Presidente tem de se reconduzir à penúria que tem e a que nos colocou. É isto e mais nada que a gente lhe exige, e o Senhor Presidente, manifestamente não respondeu. Portanto eu tenho de dizer que estou descontentíssimo com a explicação que o Senhor Presidente deu”.*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Santos Costa (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

*“Eu também não fiquei muito esclarecido quanto às respostas do Senhor Presidente da Câmara. E quando ele faz uma crítica pelo facto de termos comparado os valores do Orçamento com as Contas de Gerência de 2000, é que nós não tínhamos outra alternativa. Mas não estamos a falar de contas de há 5 anos!? Estamos a falar de contas que estiveram nesta Assembleia Municipal a ser apreciadas e discutidas no ano passado. Não há uma decalage de tempo tão grande que possa dizer que não se justifica! Mas mais: quando nós apontamos este Orçamento como um Orçamento irreal e sobrevalorizado, o que nos preocupa é que a Câmara é uma instituição de bem e nós queremos que ela continue a ser. E eu ouvi aqui assim várias vezes nesta Assembleia Municipal, já muitas referências a fornecedores e empreiteiros que não largam a Tesouraria da Câmara. E um Orçamento sobrevalorizado pode implicar que uma Câmara assuma compromissos para as quais depois não tem capacidade de resposta. É por isso que nós apontamos como referência obviamente, que este Plano de Actividades e este Orçamento, é o vosso Plano.*

*Eu comecei por dizer: se forem capazes de fazerem as obras todas e de pagar as obras estarão de parabéns — e eu serei o primeiro a felicitá-lo por isso. Aveiro penso que estaria de parabéns! Agora, é minha convicção de que não vai haver dinheiro; porque milagres financeiros acredito que não vá acontecer em Aveiro. Nós estamos a ser realistas quando pegamos nos números que estiveram aqui em discussão no ano passado e os comparamos com o valor do Orçamento.*

*Obviamente que um Plano de Actividades é um Plano de intenções. Elas têm que estar elencadas para poderem ser candidatas, nós sabemos disso Senhor Presidente, mas seria bom que viesse efectivamente também acompanhada de uma proposta do grau de realização. Era importante para nós termos a noção da realidade e das propostas reais que a Câmara se propunha.*

*E já agora, falando também na conta de empréstimos, eu gostaria também só de referir uma coisa: o Senhor Presidente vem juntar o mapa da relação de empréstimos e diz que a capacidade de endividamento absorvida são somente 28%. Eu não entendo isso!? Fazendo as contas..., as contas que eu faço são 52%. Obviamente que eu sei que há empréstimos que não contam para a capacidade de endividamento, como o das intempéries. Mas para nós não falarmos nessas coisas era preciso estarmos documentados. Era preciso que o Senhor Presidente também juntasse uma relação daqueles empréstimos que contam efectivamente*



*para a capacidade de endividamento. De outra maneira, misturam tudo num bolo, dão-nos uma indicação e nós aí não podemos chegar a nenhuma conclusão.*

*Sabemos que a componente foi dos 20% do investimento feito no ano anterior, mas mais não sabemos.*

*Quando à referência que fez de que nós aqui tínhamos falado e porque eu falei nas verbas que foram para a Juntas de Freguesia, eu não disse que eram menores — eu disse que este Plano de Actividades não apontava para uma correcção das assimetrias para as freguesias urbanas e periféricas! E que não contemplavam um aumento significativo para as Juntas de Freguesia e que não mostrava indícios sequer de uma tentativa de maior autonomia financeira das Freguesias de modo a prepará-las para o assumir das responsabilidades e competências que mais tarde ou mais cedo terão que chegar. Foi isto que eu disse, Senhor Presidente”.*

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

*“Rapidamente são alguns pontos muito sucintos; tantos quantas as questões que a réplica ou a resposta do Senhor Presidente me suscitou e sobretudo pela não resposta às questões que foram aduzidas aqui por esta Assembleia.*

*Em primeiro lugar, não tem directamente a ver com a Câmara e partilhando um pouco aquilo que aqui foi dito pelo Professor Henrique Diz, eu acho que nós temos a obrigação — nós Assembleia Municipal, de começarmos a sacudir a pressão que sobre nós se começa a instalar regularmente, e eu temo que isto seja gradual e cada vez mais sejamos pressionados sob o estigma dos custos — Senhor Presidente permita-me que diga isto — a acelerarmos discussões, a passarmos por cima dos assuntos, mais rapidamente, porque somos efectivamente um peso para o erário municipal. Somos! Somos o peso que disse o Professor Diz e bem que a Democracia representa.*

*Agora, isto faz-me um pouco de confusão, até porque este estado que legisla tem critérios diferentes para situações diferentes, conforme a necessidade, conforme o gosto. E por exemplo: os tão celebres Estádios, o tal argumento que eu há pouco falava, de que houve um aumento nos custos da obra adjudicada, em virtude do Estado ter legislado, suscita da parte da sociedade civil, nomeadamente da parte da sociedade política, Presidente de Câmara, etc., e tal e não sei o quê, que fundamentalmente, apesar deste aumento de custo: sim senhor! Temos que ir para a frente porque é um desígnio nacional. Se calhar até estamos todos de acordo — é um desígnio nacional! Agora, nós também não temos responsabilidade nenhuma no facto de que o Estado legislou, que por exemplo as senhas de presença dos Deputados Municipais tivessem sido aumentadas. Não temos responsabilidade nenhuma sobre isso! Muitos de nós se calhar nem sabiam — como é o meu caso, e viemos a saber agora.*

*Portanto, temos que ter aqui uma noção de que se tem que haver dinheiro para determinados desígnios nacionais, tem que haver dinheiro também para que se possa manter viva a chama daquilo que é, ou que consubstancia os desígnios nacionais”.*

Presidente da Mesa

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP):

*“O ante-projecto do Orçamento. O Senhor Presidente começou por responder aquilo que aqui foi dito, que efectivamente já tinha sido entregue aos Senhores Vereadores um ante projecto do Orçamento. E portanto, podiam já debruçar-se e analisar.*

*Ora bem, diz a acta da Reunião Ordinária da Câmara desse mesmo dia em que foi aprovado o Plano de Actividades e Orçamento em reunião de Câmara, diz textualmente “... na sequência da primeira reunião havida há já a algum tempo (pelos vistos 15 dias), sobre o*

*Plano, ainda sem orçamentação”, isto é que é fundamental. A própria acta diz isto. Portanto, Senhor Presidente da Câmara, não traga para aqui argumentos que efectiva e realmente, não são argumentos de qualidade nenhuma.*

*Portanto, o Plano que foi apresentado, foi um ante projecto como o Senhor disse e bem, sem orçamentação, e portanto, qualquer Vereador, qualquer Deputado Municipal, a quem lhe é apresentado um Plano sem orçamentação, nada mais pode fazer do que julgar o manual de boas intenções. E de boas intenções nós sabemos o que é que está cheio?!*

*Em segundo lugar, o Senhor Presidente disse e também disse bem que este é o ano em que efectivamente se tem que pedir mais sacrifícios às Juntas, aos munícipes, porque é um ano fortemente condicionado por um investimento de ponta – digamos assim, que é o Euro 2004. Efectivamente é verdade! Isso que o Senhor Presidente disse, apenas e só corrobora e confirma tudo aquilo que a oposição aqui disse nesta Assembleia. Este Orçamento, é claramente um Orçamento condicionado, marcado por um investimento que é sem dúvida como o Senhor Presidente disse: o maior investimento de sempre na história de Aveiro, para o qual a Câmara avançou, como todos já sabemos com base numa indicação financeira da UEFA, sem a confirmação de absolutamente dados nenhuns – ou porque não podia ou porque não sabia e em cima da qual, ainda recaiu legislação à qual o Estado Português teve que recorrer porque não tinha em si próprio esse tipo de legislação para gerir ou para manter, ou para tratar este tipo de obras. Portanto, aquilo que é fundamental aqui dizer-se é que esta obra, que é a obra de tão avultado investimento, foi uma obra para a qual a Câmara de Aveiro avançou com a autorização unânime desta Assembleia, com base em pressupostos errados. Para mim, tanto se me dá como se me deu que seja a UEFA a dizer que custa 200 contos por lugar, quando afinal custa 400; que seja o Estado Português a legislar digamos que exacerbando as suas próprias competências ou não, não sei (porque em matéria de segurança nada é demais), a mim a cara visível deste investimento, para mim e para os aveirenses, é a Câmara de Aveiro. Que fundamentalmente avançou para este investimento, sem dar a esta terra e a este concelho as garantias de que tinha efectivamente estudado, planificado, obtido as fontes de financiamento que devia. Portanto, para mim é muito simples: o responsável pelo investimento é a Câmara de Aveiro. Tanto é que na reunião que tivemos da Comissão do Euro 2004, há uns tempo atrás, o Senhor Presidente em relação à cobertura financeira disse – e disse bem, que era uma cobertura financeira bi-partida por dois anos: 2002 e 2003! E disse também mais: disse que, só o crédito bancário equivaleria a cerca de 4 milhões de contos. E disse também, que este empréstimo que já aqui aprovámos nesta Assembleia, era um empréstimo que seria pedido através da Câmara de 1,5 milhões de contos (números redondos), a um ano e um dia, para ser ressarcido imediatamente assim que fosse contratado o empréstimo de quatro milhões de contos que será contratado como o Senhor Presidente aqui disse e disse na Comissão, a um sindicato bancário ainda em constituição.*

*Para além de não querer aduzir nenhum tipo de argumentação em relação ao facto do sindicato bancário ainda estar em negociação, eu diria apenas o seguinte: o Senhor Presidente contradisse-se hoje aqui neste caso concreto! E porquê? Porque assumiu perante esta Assembleia que a EMA seria a responsável pela contratação dos empréstimos daqui para a frente. A EMA seria a dona da obra, e é! Agora eu pergunto: este empréstimo de um milhão e meio foi contraído pela Câmara. É um ano e um dia para ser ressarcida assim que for contratado o empréstimo de 4 milhões de contos. Isso significa que a EMA daqui a 1 ano e 1 dia vai transferir para as contas da Câmara Municipal um milhão e meio de contos???*

*Para a Câmara Municipal ser ressarcida do investimento que fez, ou da contratação do empréstimo junto à entidade bancária? Isto significa isso? É que não pode ser Senhor Presidente! Não pode ser! Portanto, das duas uma, ou a EMA transfere daqui a um ano e um dia um milhão e meio de contos para a conta da Câmara Municipal de Aveiro, para que a*

*Câmara se possa retractar do empréstimo que contraiu junto da entidade bancária. Ou então quem vai contrair o empréstimo de 4 milhões de contos daqui a um ano e um dia, ou neste curto espaço de tempo, vai claramente ser a Câmara Municipal de Aveiro e não a EMA? Isto é que tem que ficar aqui muito clarinho. Não se diga que a EMA é que é a dona da obra, quando a final de contas quem contrata os empréstimos é a Câmara Municipal de Aveiro, senão este empréstimo de um milhão e meio de contos não pode ser ressarcido, não pode ser pago daqui a um ano e um dia, se for a EMA a contrair o empréstimo. Isto para mim é claro enquanto o Senhor Presidente não me demonstrar o contrário.*

*Em terceiro lugar, falou no aumento das transferências para as Juntas de Freguesia. Sim Senhor! O Senhor Presidente demonstra um enorme respeito pelas Juntas de Freguesia. Seja ela a Junta de Freguesia de Azurva, seja de Eixo, seja de Requeixo, Eirol, Nariz, etc., seja o que for, é um enorme respeito. Tamanho é esse respeito que aumentou 30% para 1 milhão e 200 mil euros (cerca de 240 mil contos), ou seja, está aqui provado mais uma vez (Senhor Abreu), que os Senhores não têm razão de queixa. Este ano têm mais 240 mil contos. Não é verdade Senhor Presidente? Mas o Senhor Presidente esquece-se que do ano passado a Câmara ainda deve às Juntas de Freguesia cerca de 38 mil, ou seja, cerca de 15% desta verba que o senhor diz que agora aumentou 30%. Portanto o aumento líquido são apenas e só 15%. O Senhor Presidente ainda deve, segundo a comunicação do Senhor Presidente que vamos analisar a seguir nesta Assembleia, o Senhor presidente deve 38 mil contos às Juntas de Freguesia. Isto é líquido! E há Juntas de Freguesia com graves carências financeiras: nem todas são como a Junta de Freguesia da Vera Cruz, nem S. Jacinto (S. Jacinto também é um assunto se calhar, para uma Assembleia Extraordinária – a história das areias e tal ..., e do ambiente ...).*

*Depois Senhor Presidente e para terminar: Serviços Municipalizados de Aveiro. Eu remeto-vos para algo que vai ser analisado também, mas que foi aqui falado pelo Senhor Presidente da Câmara e portanto, sou obrigado a falar nisso também ..., para a página 9 do Plano dos Serviços Municipalizados onde se diz – peço atenção para o ultimo parágrafo do ponto 3 onde diz: que para a estabilização da situação económico financeira dos Serviços – subentende-se, contribuirá fundamentalmente a atribuição atempada de subsídios à Exploração e ao investimento por parte da Câmara Municipal de Aveiro. Isto não é uma indirecta, isto em linguagem boxista é um “Upper cut” ao queixo; nitidamente! É daqueles que vêm de baixo e que não há hipótese. E até lhe digo mais Dr. Alberto Souto: tão bem esta coisa está feita, tão bem esta coisa está gerida, tão bem o Governo Socialista macro e micro, tem esta coisa controlada, que efectivamente quando eu tento encontrar o valor da dívida da Câmara aos Serviços, neste momento, não encontra! É evidente que isto tem que estar aqui! Ninguém encontra!? Procurem que não encontram! Podem encontrar aqui Encargos Financeiros com empréstimos que os Serviços contraíram e que depois se verá aquando do Relatório de Contas dos Serviços, qual razão para a contratação desses empréstimos, mas também sabemos que a Câmara deve aos Serviços Municipalizados de Aveiro, e o Senhor se quiser em nome da transparência e em nome de uma aprovação de um Plano de Actividades que considerou como um Plano fenomenalmente importante para Aveiro (e eu também o considero embora no sentido contrário ao seu), tem que nos dizer quanto é que a Câmara deve neste preciso momento aos Serviços Municipalizados de Aveiro? Tem que dizer. Porque não basta só alardear.*

*Eu terminava dizendo o seguinte: o exemplo talvez mais acabado de que aquilo que aí foi dito por vários oradores nesta Assembleia – sobretudo da oposição, porque da situação já sabemos... são aquilo hoje, que nos chamavam a nós no tempo da outra senhora, “a bancada no braço do ar”. Lá está, afinal de contas quem tem razão é o General Eanes, e a mesma água, se calhar, passa duas vezes por baixo da mesma ponte.*

*O exemplo claro de que este Orçamento, é um Orçamento sobrevalorizado, está na página 104 do Plano de Actividades e Orçamento e diz aqui assim: previsão de Receitas – vendas de bens de investimento - terrenos – descrição .... perrrrrrr ... por aí a baixo ..., chamo à atenção de que um destes terrenos, são os terrenos dos Armazéns Gerais (1.547.000 €), qualquer coisa como 310 mil contos. Onde é que já ouviram falar dos terrenos dos Armazéns Gerais? Isto não foi uma permuta? Não foi uma permuta? A Câmara vai agora encaixar 310 mil contos destes terrenos!? Isto já é do Hospital! Não é do Hospital? Isto afinal de quem é, para que no Plano de Actividades e Orçamento de 2002 apareçam 310 mil contos de previsão de receitas de alguma coisa que foi negociado, tratado e arranjado, combinado e feito e etc., no mandato anterior!? Selado com a Administração do Hospital e com o Governo a troco de 5 milhões para a recuperação do Canil ou dos anexos ou como os senhores quiserem chamar! Depois um bocadinho mais abaixo e pasme-se a coincidência: “terrenos do Centro de Saúde Mental de S. Bernardo” Éh pá!?!? Mas o que é isto?? Isto era a mesma coisa não era... aqui há um ano e meio atrás? Estava tudo no mesmo bolo (2.094.000 €), qualquer coisa como 420 mil contos. Para além da situação dúbia que aqui está, como é que a Câmara vai ganhar com os dois terrenos que afinal um era deles e o outro permutou, e agora é do Hospital..., etc. etc., Para além de ser preciso explicar isto, é preciso explicar também como é que num processo de permuta de terrenos entre Estado e Estado há um encaixe financeiro para a Câmara de cerca de 110 mil contos? Ou seja, há por aqui a consubstantação digamos, que quase induzida, apenas e só, de algum “favorecimento”. Porque a Câmara cede, permutando um terreno que é avaliado por 310 mil contos, e recebe permutando, um outro terreno que é avaliado por 420 mil contos. Eu pergunto: se o Executivo Camarário não fosse o Executivo afecto ao Partido Socialista, se este negócio seria um negócio possível? Somando estas duas parcelas de terreno com uma verba de perto de 1 milhão de euros, com vendas no Mercado de Santiago e com os Diversos que aqui há, aliás parece-me absolutamente irreal presumir-se ou prever-se a obtenção de uma receita de 927 mil euros com as vendas das lojas, no Mercado de Santiago, que está às moscas! Está aqui o Vereador do Pelouro (finalmente), que pode atestar que as pessoas estão a sair do Mercado de Santiago. Somando as várias urbanizações 897 mil euros; somando os terrenos diversos 748 mil euros, somando o Mercado de Santiago e os edifícios diversos, nós temos perto de um milhão de contos de receita prevista em termos de venda de terrenos que não sabemos como é que vem cá parar! E isto é só um exemplo. Muito obrigado Senhor Presidente”.*

Vogal Raúl Martins (PS)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos tidos por convenientes.

**De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 6 – Câmara Municipal – Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2002. Submetido à votação foi o mesmo aprovado por maioria de vinte votos a favor (PS19+PP1), oito votos contra (PSD8) e nove abstenções (PSD3+PP5+PCP1).**

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal António Salavessa (PCP):

*“Se estivéssemos a discutir e a votar uma listagem de intenções de obras e investimentos, então com uma ou outra reserva de pormenor, até poderíamos votar a favor. Mas estivemos a discutir um Plano e Orçamento demasiados empolados, mas que quando aprovados, autorizam a Câmara a efectuar as despesas que nele estão incluídas, mesmo que as receitas*

*previstas não estejam garantidas. Facto que, em nosso entender, tem conduzido ao endividamento progressivo do município; daí a nossa abstenção.”*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD):

*“Os elementos da bancada do PSD que votaram contra, fizeram-no por considerarem que o Plano e Orçamento não tem uma estratégia definida, é irrealista na receita, estimula o despesismo, aumenta o endividamento da Câmara, e vai pôr em risco muitos dos seus fornecedores”.*

Vogal Santos Costa (CDS/PP):

*“A abstenção do CDS/PP, foi motivada porque este Plano de Actividades e Orçamento não foi filho de uma discussão atempada e pertinente, com a participação de muitos e nomeadamente com todos os Presidentes de Junta — à excepção dos do Partido Socialista.*

*Porque no capítulo das Despesas Correntes não houve qualquer preocupação de contenção - antes pelo contrário - não se perspectivando assim melhores tempos para os habituais fornecedores e empreiteiros.*

*Porque estamos convictos de que as Receitas estão empoladas, que serão irreais e que podem ter consequências graves, ocasionando uma ilusão de suficiência económica ou financeira, que estimula a assunção de compromissos para os quais a Câmara Municipal não terá fundos capazes.*

*E porque, nenhuma das questões por nós levantada foi cabalmente respondida pela Câmara Municipal, deixando no ar dúvidas sérias e grandes acerca da viabilidade financeira de Aveiro no futuro próximo”.*

Vogal Filipe Neto Brandão (PS):

*“Em nome da bancada do Partido Socialista, consideramos que este Plano de Actividades encerra em si a vontade de concretizar as linhas estratégicas e os projectos que consubstanciaram o nosso programa político, inequivocamente sufragado pelos Aveirenses em Dezembro de 2001, e por isso obviamente o apoiamos.*

*Não obstante as incontornáveis restrições e constrangimentos, este Plano continuará – disso estamos convictos - a promover a afirmação de Aveiro como pólo de uma centralidade regional que todos almejamos”.*

De seguida o Presidente da Mesa apresentou à Assembleia um Voto de Pesar pela Morte do Atleta Paulo Pinto – jogador da equipa Aveiro-Basket, falecido a 3 de Março de 2002, durante o intervalo do jogo Aveiro-Basket/Benfica, vítima de um aneurisma cerebral. Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Continuando, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta segunda reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, convocando a próxima reunião para o dia 11 de Março de 2002 (segunda-feira) pelas 18:00 horas.

Eram 00:30 horas do dia 09 de Março de 2002.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim,

Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.  
(4:15)